



## PROCESSO DE ESCOLHA ORDINÁRIO 2024/2028 PARA CONSELHEIROS TUTELARES

A Comissão Especial do Processo de Escolha para o Cargo de Conselheiros Tutelares, TORNA PÚBLICO OS RESULTADOS REFERENTE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, sendo avaliado os pedidos com justificativas e razões fundamentadas, conforme segue:

### **QUESTÃO 8. Qual é a principal atribuição do Conselho Tutelar em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade?**

**A questão, refere a PRINCIPAL ATRIBUIÇÃO, do conselho Tutelar em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes.**

Em resposta ao recurso interposto pela candidata, esclarecemos que a questão 08 aborda a principal atribuição do Conselho Tutelar em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A alternativa correta é a (C) - Promover a reinserção familiar e comunitária das crianças e adolescentes acolhidos. Fundamentamos esta resposta com base no ECA, que estabelece em seu artigo 101, inciso VII, que é competência do Conselho Tutelar "promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: (...) VII - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: (...) c) promover a reintegração familiar".

Essa atribuição é embasada nos princípios fundamentais do ECA, que visam garantir o direito à convivência familiar e comunitária, respeitando sempre o melhor interesse da criança e do adolescente. A reinserção familiar é uma das estratégias mais importantes para proteger e promover os direitos desses indivíduos, pois busca restabelecer os vínculos familiares e fortalecer os laços afetivos, quando possível e adequado.

A reinserção familiar tem o objetivo de proporcionar um ambiente seguro, saudável e afetivo para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar, como órgão



responsável pela proteção desses direitos, atua em conjunto com os serviços de assistência social, psicologia e outras entidades, buscando a solução mais adequada para cada caso.

Além disso, a reinserção familiar também é respaldada pelo Princípio da Proteção Integral, que prevê a prioridade absoluta na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. A manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares são fundamentais para o desenvolvimento físico, emocional e social desses indivíduos, contribuindo para sua formação como cidadãos plenos e atuantes na sociedade.

**Quanto a alternativa (B)** não é a principal atribuição do Conselho Tutelar em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A principal atribuição do Conselho Tutelar é atuar na proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo que seus direitos sejam respeitados e assegurados.

As visitas periódicas em serviços de acolhimento institucional ou familiar para garantir o bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos são uma responsabilidade dos órgãos de fiscalização e acompanhamento do acolhimento, como o Ministério Público e os órgãos responsáveis pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), CMDCA, CMAS.

Portanto, e a reinserção familiar **é a principal atribuição do Conselho Tutelar em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes o direito à convivência familiar e comunitária conforme preconizado no ECA., ou seja, com maior brevidade a reinserção familiar.**

**QUESTÃO 18. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), qual é o princípio que assegura à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar e comunitária?**

Em resposta ao recurso interposto pela candidata referente à questão 18 da prova, que questiona sobre o princípio que assegura à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar e comunitária, esclarecemos o seguinte:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 1º, estabelece o Princípio da Proteção Integral como um dos fundamentos que norteiam toda a legislação relacionada à infância e à adolescência. Esse princípio tem como objetivo assegurar que crianças e adolescentes sejam protegidos de forma integral, considerando-os como pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos.



No contexto do Princípio da Proteção Integral, o ECA reforça a importância da convivência familiar e comunitária para o desenvolvimento saudável e pleno de crianças e adolescentes. O artigo 19 do ECA estabelece que toda criança e adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, garantindo-se a convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, a alternativa correta para a questão é o Princípio da Proteção Integral, que assegura o direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes, como garantia fundamental de seu desenvolvimento integral.

Portanto, considerando o embasamento legal fornecido pelo ECA, reafirmamos que a resposta correta para a questão é a alternativa (A) - Princípio da Proteção Integral. A questão busca avaliar o conhecimento dos candidatos sobre os princípios fundamentais que regem a proteção à infância e à adolescência, bem como sua compreensão sobre a importância da convivência familiar e comunitária na garantia dos direitos e do desenvolvimento saudável desses indivíduos.

**Questão 20. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: Sobre qual artigo no ECA estamos falando? Resposta correta B – artigo 98 do ECA**

Em relação à questão sobre as medidas de proteção à criança e ao adolescente, é compreensível a dúvida da candidata sobre as alternativas (B) e (C). No entanto, a resposta correta é a alternativa (B) - Artigo 98 do ECA.

**O Artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que as medidas de proteção são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.** Essas medidas têm como objetivo garantir a proteção integral e o bem-estar das crianças e dos adolescentes em situações de vulnerabilidade.

**Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados**

**art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:**

Portanto, a alternativa (B) é a correta, uma vez que o Artigo 98 trata especificamente das medidas de proteção, enquanto o **Artigo 101 trata dos tipos de medidas que poderão ser aplicadas.**



Essa distinção é importante para garantir a compreensão correta das disposições do ECA.

Cabe ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação ampla e complexa, e é essencial para os conselheiros tutelares e outros profissionais que lidam com crianças e adolescentes terem um conhecimento aprofundado sobre seus dispositivos e suas aplicações.

Agradecemos o recurso apresentado pela candidata e reafirmamos que todas as questões da prova foram elaboradas com rigor técnico e em consonância com a legislação vigente, visando avaliar os conhecimentos necessários para o exercício da função de conselheiro tutelar e a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Mariópolis, 28 de julho de 2023.

Comissão Especial